

Eleições 2010: um balanço preliminar

Wladimir Pomar*

Realizar um balanço das últimas eleições tornou-se uma tarefa mais do que necessária. Elas apresentaram tendências direitistas e fascistas que pareciam enterradas no passado político brasileiro. O que aponta para desafios que confrontarão não só a presidência de Dilma Rousseff, mas a esquerda, os democratas sinceros, e os movimentos sociais.

Nesse balanço é preciso relativizar a avaliação do papel de Lula. Não há dúvida de que o presidente foi vitorioso, e se empenhou e muito para isso. Pode-se dizer que sua participação teve um peso decisivo. No entanto, sua transferência de votos esteve longe de seu grau de popularidade. Uma avaliação que despreze este fato será inevitavelmente falha.

O fortalecimento do PT também deve ser relativizado. Por que esse partido, que cresceu a taxas maiores em eleições anteriores, cresceu menos nestas? E por que o PSB, que contou apenas com as rebarbas do apoio de Lula, teve um crescimento aparentemente maior? Perguntas idênticas devem ser feitas sobre a surpresa Marina, enquanto a derrota do DEM precisa ser vista no



contexto em que Serra e o PSDB assumiram o ultra-direitismo.

Por fim, o desempenho das parcelas da esquerda que se consideram revolucionárias merece atenção especial. Suas campanhas talvez tenham mostrado, de maneira explícita, todas as contradições vividas pela esquerda e pelos movimentos sociais no momento histórico especial vivido pelo Brasil. Este texto, porém, não tem espaço para focar todos os aspectos listados acima, restringindo-se a alguns deles.

O contexto eleitoral de 2010

Apesar do número de candidatas à presidência, e apesar da candidatura Marina, não ocorreu a despolarização entre os dois projetos que se confrontam, nem sempre claramente, desde 1989. O retorno dos métodos utilizados no submundo político, empregados por Collor em 1989, foi apenas a exteriorização da disputa de projetos antagônicos, embora muitos analistas, e mesmo alguns petistas e tucanos, acreditassem que não havia diferenças programáticas entre Dilma e Serra.

Aqueles métodos combinam, em geral, a desconstrução ideológica do

adversário, um populismo desbragado, e o uso de ações provocativas e a disseminação de boatos, de modo a deslocar a discussão política da disputa real. Em 1989, a campanha de Collor acusou Lula e o PT de comunistas, de quererem desapropriar e distribuir todas as propriedades, confiscar as poupanças, tirar Deus do universo das pessoas e fechar as igrejas. Disseminou que Lula tentou impor o aborto à própria namorada, aproveitou o sequestro de Abílio Diniz e utilizou grupos de arruaceiros nos comícios de Lula e em seus próprios comícios.

Collor jamais deixou claro seu projeto de inserção na economia internacional. Ao contrário, apresentou-se como paladino da luta contra o empresariado e contra os marajás, numa cruzada demagógica de poucos paralelos na história. Foi essa combinação de ideologia anticomunista, falsas promessas e fuga do debate político que lhe permitiu conquistar parte do eleitorado pobre e ir para o segundo turno, colocando a burguesia sem outra opção senão apoiá-lo, inclusive com a máquina do Estado e com a grande mídia.

A vitória de Collor, com o confisco das poupanças e uma série de medidas neoliberais na área econômica, deu início à inserção subordinada do Brasil no mercado internacional. Inserção, diga-se de passagem, nada competitiva, continuada por Itamar Franco. Este implantou o real, reduziu a inflação e conseguiu eleger FHC, em 1994, deixando livre o caminho para completar aquela inserção. Apesar dos efeitos perversos de um controle inflacionário com base na estagnação econômica, é preciso reconhecer que a ofensiva neoliberal conseguiu conquistar o apoio da burguesia, das classes médias e de grandes setores

populares, que acreditaram em tal caminho como o único viável para o Brasil.

Não foram poucos os setores da esquerda que se mostraram confusos diante das reformas neoliberais, inclusive das privatizações. Reformas que resultaram na dispersão, terceirização e redução da força de trabalho industrial, na quase estagnação econômica, na quebra ou venda de setores cada vez maiores de pequenas e médias empresas, e no crescimento do desemprego. Porém, ao invés de causarem uma mobilização social, levaram o movimento sindical e os demais movimentos populares a um refluxo maior do que aquele que se acentuara desde meados dos anos 1980.

Paradoxalmente, apesar de esporádica e reduzida, a resistência impediu a privatização da Petrobras, Banco do Brasil e CEF, e levou a um crescimento do PT. Ou seja, o movimento social parece ter resolvido poupar forças e transferir paulatinamente seus esforços para a área da política eleitoral. A crise de 1997-99, um sinal do esgotamento do neoliberalismo no Brasil, deu o primeiro susto no sonho tucano de 20 anos de governo. Para se reeleger, FHC teve que contar com o empréstimo ponte do FMI e com a interferência dos parceiros multinacionais.

A divisão interna da burguesia, iniciada naquela crise, agravou-se durante o segundo mandato de FHC, imobilizando-o. A sorte da corte neoliberal tucana ficou selada desde 2000. Os resultados da desindustrialização e do desinvestimento, conduzindo a fenômenos graves como o apagão elétrico, empurraram uma parte da burguesia para aliar-se a Lula e ao PT. Mas a leitura que a maioria da esquerda e do PT fazia, nessa ocasião, ainda era

defensiva. Não acreditava possível ser mais ofensivo nas propostas de crescimento econômico e na luta contra a fome e o desemprego, nem que a divisão na burguesia fosse tão profunda. Além disso, sentia-se amedrontada com a capacidade de retaliação do setor financeiro. Somados esses aspectos, em 2002 ganhou prioridade a tática de tranquilizar essa ala da burguesia, o que se expressou na *'Carta ao Povo Brasileiro'*.

O problema dessa Carta não foi seu efeito eleitoral. O problema é que, de instrumento tático, ela foi transformada em estratégico. Rebaixou o patamar político e causou dificuldades à adoção dos planos de crescimento econômico e de combate à fome e à pobreza, durante todo o primeiro mandato. Para piorar, o esvaziamento dos principais cargos de direção do PT, com a transferência de quadros para o governo, e a suposição de que o governo tudo podia, além do papel de Lula, contribuíram para um processo geral de despolitização.

A crise de 2005 foi, em parte, consequência disso. Alguns quadros partidários concluíram que podiam utilizar-se impunemente dos mesmos métodos da burguesia. Desdenharam que a manutenção de métodos próprios, resistentes à corrupção de uso comum pela burguesia, é um dos principais diferenciais do PT. Nesse sentido, a falta de uma crítica mais profunda àqueles métodos não fez jus à mobilização da militância para salvar o partido.

Nessas condições, não foi estranho que a despolitização tenha continuado presente no primeiro turno de 2006. Ela só foi superada quando o PT foi colocado diante do segundo turno e Lula assumiu a discussão política, avançando nas propostas que marcariam as mudanças de seu segundo mandato.

Paradoxalmente, porém, à medida que o segundo mandato teve sucesso em seu movimento de pinças para realizar o crescimento e os programas de transferência de renda, a despolitização cresceu, ao invés de diminuir.

Mais do que antes, a suposição de que o governo e Lula tudo poderiam, e que as grandes camadas da população brasileira ganhariam, automaticamente, consciência das melhorias econômicas, sociais e políticas introduzidas pelo governo, ganharam foros de verdade com a alta popularidade do presidente. Em 2010, essa suposição se expressou na crença de que Lula teria condições de transferir a maior parte dessa popularidade à sua candidata.

A elaboração de um programa para o mandato Dilma pareceu, então, desnecessária. Já do lado do PSDB e da candidatura Serra, a apresentação de um programa poderia ser uma arma apontada à própria cabeça. Suas chances residiam em alimentar a ilusão, enquanto fosse possível, de que continuavam social-democratas e dariam continuidade ao governo Lula. Esgotada essa possibilidade, retomariam os métodos do submundo político. Caso esse plano B se fizesse necessário, um programa social-democrata, mesmo falso, poderia ser utilizado pela adversária.

Assim, enquanto a não apresentação do programa pelo PT representou desprezo pelo debate programático e um grave erro político, a não apresentação do programa pelo PSDB representou uma opção deliberada. Tinha em vista seu projeto real e sua estratégia de luta. Da mesma forma que Collor, Serra não pretendia discutir política nem projetos. A despolitização era o eixo principal de sua campanha.

Portanto, no contexto eleitoral de 2010, o PT cometeu erros idênticos aos de 2006, enquanto Serra reviveu e piorou os piores momentos de 1989.

A campanha real

A estratégia de Serra, de manter o verniz social-democrata e a dar continuidade ao governo Lula, terminou quando Dilma o ultrapassou nas pesquisas. A partir daí, a desconstrução ideológica, o populismo e as ações mafiosas passaram a ser sua marca. O tema do aborto foi trazido à tona de forma ainda pior do que a apresentada por Collor. Outros temas, como o homossexualismo e o casamento de pessoas do mesmo sexo, passaram a ser abordados de forma conservadora e preconceituosa. As acusações de que Dilma era uma terrorista contumaz e assassina de inocentes encheu a Internet. Invenções sobre o levantamento ilegal de sigilos bancários e financeiros, e boatos sobre dossiês fantasmas jamais utilizados, inundaram blogs e outras formas de comunicação.

A grande imprensa, capitaneada por Veja, Globo, Folha e Estadão, entrou de cabeça nessa campanha, aproveitando-se de qualquer oportunidade para reforçar a desconstrução. O caso Erenice Guerra foi um deles e levou alguns membros da coordenação da campanha Dilma a considerá-lo decisivo. Ele teria reacendido a lembrança do mensalão e implodido a moldura simbólica que estava sendo construída sobre a competência de Dilma na Casa Civil.

Em outras palavras, não reconhecem que a ausência de debate político fornecia a Serra o ambiente para a estratégia do submundo político. Supõem que a descoberta e denúncia de um erro tenha colocado em risco toda a estratégia. Mas qualquer estratégia que

se baseie na impossibilidade do inimigo utilizar nossos erros e defeitos é, por princípio, errada. Desconhecer as fraquezas do PT e do governo, e não se preparar para os ataques a elas, foi um erro, e continuará sendo se for repetido em campanhas futuras.

A ausência de programa e de debate político, que permitiu a Serra desenvolver a estratégia do submundo político, e a Marina assenhorear-se de bandeiras do PT, também esteve ligada ao clima do “já ganhou” e à falta de apelos à mobilização da militância. A questão central não estava, portanto, no caso Erenice. Este se transformaria em desastre, no segundo turno, se a estratégia política não mudasse. Mesmo sem programa de governo, a candidata e o marketing só evitariam a derrota se retomassem a ofensiva e a discussão política, e dessem resposta aos ataques. Como houve essa mudança, mesmo atrasada, e a militância mostrou que estava viva e atenta, o caso Erenice se esfumou no segundo turno.

O papel de Lula e o ‘lulismo’

A suposição de que a maior parte da população brasileira tinha consciência das melhorias implementadas pelo governo Lula, e de que este poderia transferir a maior parte de sua popularidade para sua candidata, mostrou-se ilusória. Em princípio, não era incorreto que a campanha Dilma destacasse o apoio de Lula, os feitos de seu governo, e se comprometesse com a sua continuidade. Incorreto foi supor que isso seria o bastante para garantir a vitória.

Mesmo porque, enquanto estava na dianteira das pesquisas, Serra também tinha o mesmo discurso, fazendo com que a disputa descambasse para o terreno de quem seria o melhor gerente. O que levou alguns a considerarem que

o debate em torno dos programas foi substituído pelo 'lulismo'. O apoio a Lula, com fortes raízes nas camadas mais pobres, teria mudado a cultura do voto desses segmentos, que antes eram massa de manobra de cabos eleitorais e chefes políticos locais. Como representam parcela expressiva do eleitorado brasileiro, essas camadas teriam mudado o mapa eleitoral do país.

Essa mudança seria devida, fundamentalmente, aos programas sociais do governo Lula, que incluem uma gama considerável de ações, a exemplo do Bolsa Família. O realinhamento dessas camadas teria ocorrido sem mobilizações, experiências de luta ou outras ações visíveis. Ocorreu tendo Lula como referência, numa espécie de modernização conservadora. Isso tudo, em parte, é verdade, embora a influência e a popularidade de Lula pareçam ir além do universo dos pobres. É a maior popularidade que um presidente da república já teve, se dermos crédito às pesquisas. Porém, o lulismo, assim como o getulismo em sua época, são relativamente frágeis quando se trata de transferir votos, credibilidade ou encargos a outras figuras públicas.

Getúlio se deu conta desse aspecto débil após sua deposição, em 1945. Procurou criar o PTB como um instrumento capaz de manter vivas suas concepções. Mas como esse partido possuía um liame ideológico tênue, em virtude da própria ambigüidade de classe de Getúlio, o PTB não construiu uma estrutura capaz de suportar a crise de 1954 e deixou Getúlio sem sustentação eficaz. As massas getulistas desceram dos morros e dos bairros pobres, mas não para defendê-lo. O fizeram para pranteá-lo após seu suicídio.

Lula, ao contrário, um dos criadores do PT, teve sua projeção sempre ligada a esse partido. Se, agora, o PT e Lula supuserem que o lulismo pode subsistir sozinho, talvez estejam cometendo o mesmo erro de Getúlio. As grandes camadas da população que transitaram para o lulismo, após anos renegando Lula como um igual que não poderia aspirar mais do que elas, precisam passar pela escola das lutas. Esta talvez seja a única maneira delas ganharem consciência de seus próprios problemas e postularem novas conquistas, por seu esforço e não por dádiva. E essa podia ser a garantia de que apoiariam Lula frente a um desafio mais grave, imposto pelos adversários, teste que não ocorreu.

Porém, os resultados eleitorais mostraram essa debilidade do lulismo. E também do PT, que não compreendeu o fenômeno em sua devida dimensão. Serra só conseguiu 44% do eleitorado, no segundo turno, porque uma parte dos que confiam em Lula não votaram em sua candidata, apesar do empenho decidido do presidente. Esse dado deve alertar para o fato de que os aspectos positivos do lulismo só se transformarão numa força social no processo democrático e popular se houver um trabalho político que leve essas massas a tomarem consciência dos embates em curso. Missão que é fundamentalmente do PT e seus aliados da esquerda, não só de Lula.

Por desconsiderar esses aspectos, e acreditar no milagre da transferência dos votos e da vitória no primeiro turno, a campanha Dilma se deixou enredar na armadilha de Serra, que se recusou a realizar o debate político, em especial sobre a herança maldita do neoliberalismo e da privatária Tucana, ao mesmo tempo em que jogou pesado no debate ideológico conservador e reacionário de temas fora de lugar.

Uma nova agenda?

A candidatura Marina saltou de 10% das intenções de voto para 20% dos votos válidos, impondo o segundo turno e, aparentemente, uma nova agenda de debate. O crescimento do movimento ambientalista teria sido o responsável por essa virada. Alguns supõem que Marina representou, em 2010, o mesmo que Lula no final dos anos setenta e oitenta. Em 1989, Lula teria representado a ascensão do movimento social brasileiro. Em 2010, a novidade seria a ascensão da agenda ambiental.

É evidente que essa questão impõe crescentes exigências, em especial à industrialização. Era uma bandeira do PT, deixada meio de lado em virtude das necessidades de crescimento. Por outro lado, a despolitização também levou o PT a abandonar o debate sobre uma série de outras questões candentes da sociedade brasileira, como juros escandalosamente altos, tributos em cascata, concentração das terras, riquezas e renda, e corrupção.

O PT, mais do que o governo, se contentou com o hipotético surgimento de uma nova classe média e os avanços do governo Lula. Desprezou as antigas contradições, que permaneciam, e as novas, trazidas por esses avanços. Com isso, Marina pode assumir a crítica a tais abandonos. Mesmo com um conteúdo eminentemente liberal, essa crítica lhe permitiu agregar setores médios e mesmo populares, que se opunham ao reacionarismo de Serra, mas estavam descontentes com ações e atitudes do governo Lula e do PT.



Por outro lado, a possibilidade de quebrar a polarização no primeiro turno e levar as eleições a um segundo turno, interessava à coligação demo-tucana. Um dos objetivos da temática religiosa consistiu em desviar votos de Dilma para Marina. Assim, esta sustentou bandeiras aparentemente à esquerda, ao mesmo tempo em que aninhava em sua coalizão o conservadorismo reacionário.

Essa problemática se refletiu no segundo turno, quando os setores à esquerda viram-se na contingência de reconhecer que, afinal, havia diferenças substanciais entre os dois candidatos, e que Serra representaria um retrocesso, e os setores à direita continuaram vendo em Dilma uma ameaça a suas crenças e padrões de vida. A polarização da sociedade brasileira se mostrou mais forte do que as idealizações teóricas.

Assim, a pretensa nova agenda da candidatura Marina, unificando em torno do voto “verde” um conglomerado de intenções díspares, só foi possível numa conjuntura em que o debate entre projetos nacionais e sociais distintos se deixou vencer e se confundir pelo submundo político. Em outras condições, tal agenda teria sucumbido sob o peso de suas próprias contradições.

Os problemas do PT

O PT continua uma incógnita para diversos setores sociais. Parte da burguesia está alarmada com a possibilidade desse partido implantar uma democracia popular, através de

progressivas vitórias eleitorais. FHC chegou a fazer uma caricatura da democracia popular, para concluir que seria antidemocrático um regime baseado na maioria. Outra parte da burguesia também nutre restrições e teme que Dilma seja incapaz de “enquadrar” o PT.

Em sentido contrário navegam os setores de ultra-esquerda, que chamam de liberal e neoliberal o neodesenvolvimentismo que predomina no PT, apagando as diferenças com o PSDB. Ideológica e politicamente, ambos representariam a burguesia.

Essas leituras contraditórias também são internas ao próprio PT, em especial porque o PT dos primeiros tempos não pode ser o mesmo da atualidade. Ao transitaram pacificamente da subordinação aos antigos caciques políticos para o apoio a Lula e ao PT, e os guindarem ao governo, na crença de que seus problemas podem ser resolvidos pela via eleitoral, boa parte das classes trabalhadoras e pobres colocou o país e o PT diante de um contexto histórico especial, sob a moldura do Estado e das regras construídas pelas elites.

Elaborar e praticar táticas que tenham em conta tal contexto, sem abandonar a estratégia de reformas estruturais, tornou-se um problema novo e difícil, que o PT terá que resolver, se não quiser se transformar em mais um partido da ordem. Exemplo dessas dificuldades está na imposição de realizar alianças e, ao mesmo tempo, manter sua natureza de partido dos trabalhadores. Somente aos poucos o PT tem aprendido que alianças são realizadas entre inimigos, não entre amigos, para enfrentar inimigos comuns. E que tais alianças incluem unidade, cooperação, harmonia e, ao

mesmo tempo, divisão, luta e desarmonia.

A unidade, a cooperação e a harmonia têm o programa comum como parâmetro. A divisão, a luta e a desarmonia em torno dos métodos de ação e das transgressões ao programa têm a razão como parâmetro e a manutenção da unidade contra o inimigo comum como limite. A crise de 2005 foi um caso típico do uso acrítico dos métodos burgueses. A ausência do programa da coalizão de 2010 foi um erro estratégico por não estabelecer os parâmetros da unidade. Com isso, estão abertas as frestas tanto para alianças com os inimigos, quanto para a luta contra os aliados.

Nesse sentido, talvez seja necessário que o PT se esforce para delimitar suas diferenças estruturais com o PSDB nas concepções relacionadas com o Estado, a propriedade privada, o mercado, o desenvolvimento econômico e social, a política externa, a relação com os movimentos sociais, e a participação democrática. Por exemplo, diferentemente dos tucanos, o PT encara o Estado como um instrumento de regulação da anarquia do mercado, devendo participar da economia através de investimentos públicos e da promoção de investimentos privados, e de programas de redistribuição da renda, erradicação da miséria e da pobreza, e solução dos problemas sociais. Embora essa concepção de Estado esteja mais para Adam Smith e Keynes do que para Marx, ela é muito mais avançada do que as concepções do Consenso de Washington e do PSDB.

Por outro lado, alguns pensam que o modelo de desenvolvimento econômico e social do PT, que chamam de neodesenvolvimentista, permanece preso à sociedade industrial e não se dá conta dos urgentes desafios de conectar

a economia à ecologia e abandonar as matrizes energéticas ultrapassadas, como as hidrelétricas. O PT, como uma parte da esquerda, não teria percebido que a sociedade industrial foi empurrada para a periferia do núcleo propulsor de um novo capitalismo, que seria a economia do imaterial, onde a biodiversidade assumiria uma nova dimensão.

O PT talvez tenha que enfrentar esse discurso da economia imaterial de modo mais enfático. Tendo feito parte da propaganda neoliberal, tal discurso se mostrou ilusório. Os países que evitaram o caminho industrial ficaram dependentes da economia global, como produtores de commodities primárias, tornando-se incapazes de aproveitar as vantagens da biodiversidade. Esse foi o caminho seguido por FHC, deixando uma herança de destruição, da qual o Brasil ainda não se livrou totalmente.

Os países da periferia que se industrializaram ficaram fora da crise global do “novo capitalismo”. Industrializados, são capazes de fabricar as tecnologias para aproveitar a biodiversidade. Mesmo porque, para encarar os problemas ecológicos, é

necessário ter capacidade industrial para produzir usinas termo-solares, placas termo-voltaicas, turbinas eólicas, aparatos para transformar marés em energia, formas seguras de armazenagem dos restos da energia nuclear, e assim por diante.

A relação entre a economia e a ecologia só será invertida quando as ciências e as tecnologias se tornarem as principais forças produtivas, e o capitalismo for substituído por uma sociedade que não tenha o lucro como seu motor. No atual estágio das forças produtivas no Brasil, mesmo que a correlação de forças houvesse mudado revolucionariamente, ainda será necessário industrializar o país, combinando diferentes formas de propriedade e diferentes tecnologias.

Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo do PT é mais adequado que a proposta neoliberal de abandonar a industrialização, como querem os países industriais, até para poderem comprar créditos de carbono e continuarem poluindo o planeta. O que não o livra de construir um forte debate a respeito desse e de outros aspectos da realidade brasileira.



* **WLADIMIR POMAR** é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais "O enigma chinês: capitalismo ou socialismo" (Alfa-ômega); "China, o dragão do século XXI" (Ática); "A revolução chinesa" (Unesp); e, o mais recente, "China: desfazendo mitos" (Publisher Brasil; Editora Página 13: 2009).